



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9130 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

CARACTERIZAÇÃO E MOTIVAÇÃO DAS FAMÍLIAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Vania Carvalho de Araújo - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
Rennati Taquini - ESCOLA MUNICIPAL, ESTADUAL E PARTICULAR
Franceila Auer - ESCOLA MUNICIPAL, ESTADUAL E PARTICULAR

CARACTERIZAÇÃO E MOTIVAÇÃO DAS FAMÍLIAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Resumo: Este trabalho analisa estatística e descritivamente os dados decorrentes de um survey realizado com 248 famílias residentes nos municípios de Vitória, Cariacica e Vila Velha, cujos filhos encontravam-se matriculados na educação infantil em tempo integral. Estabelece como objetivos caracterizar o perfil étnico e socioeconômico das famílias entrevistadas; identificar as motivações das famílias ao matricular seus filhos no tempo integral e analisar o conjunto de fatores de natureza social, econômica e educacional que mais sobressaíram, nas respostas dos familiares, sobre a educação infantil em tempo integral. Os resultados identificam como perfil étnico e socioeconômico que a maioria dos familiares são negros e apresentam baixa escolaridade e baixa renda familiar mensal. A necessidade de trabalho da família é a principal motivação para a matrícula dos filhos no tempo integral. Conclui-se que há o reconhecimento por parte das famílias de que a ampliação do tempo de permanência na instituição contribui com o aumento das possibilidades de acesso aos processos formais de escolarização, em especial o aprendizado da leitura e da escrita, bem como viabiliza a socialização com outras crianças.

Palavras-chave: Educação infantil. Tempo Integral. Famílias.

A incorporação de crianças nas creches, principalmente nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, teve forte acento nas demandas das mulheres operárias e domésticas. Com a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, a creche tornou-se uma das instituições de caráter assistencial estratégica para a consolidação da vasta utilização da mão de obra feminina em um contexto político, econômico e social recém-saído da escravidão, articulado ao expansionismo das indústrias nascentes que se utilizavam da condição feminina um artifício de discriminação salarial na complexa teia formada no interior do modo capitalista de produção (KUHLMANN JR., 2000).

A expansão das creches e pré-escolas continua a ser um tema inquietante, sobretudo se considerarmos os efeitos da afirmação de direitos consagrados pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), as mobilizações sociais em torno dos direitos da criança pequena, as

reivindicações do movimento de mulheres, as novas responsabilidades públicas e obrigações dos municípios com a educação infantil (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 1995). Contudo, em um contexto em que as lutas pela universalização da educação infantil reatualizam debates e colocam em xeque a capacidade do Estado de promover novas interlocuções públicas em torno da educação infantil como primeira etapa da educação básica, o que percebemos é um quadro cheio de disparidades onde a negação de direitos expõe as evidências de uma “cidadania inconclusa” (TELLES, 1999).

Pesquisa realizada no estado do Espírito Santo, em contextos urbanos e rurais, revela que a educação infantil em tempo integral já é uma realidade há tempos nos diferentes municípios e evidencia a utilização de critérios predominantes de matrícula em torno do risco e da vulnerabilidade social das famílias e das crianças, bem como comprovação de trabalho materno, nas instituições em que não há vagas disponíveis para todos aqueles que as demandam, condicionando o acesso ao direito “[...] não por sua condição de cidadania, mas [especialmente] pela prova de que dela está sendo excluído” (TELLES, 1999, p. 95). Essas questões evidenciam como a pobreza e a exclusão social ainda têm demandado ações paliativas por parte das instituições educativas, ainda que [...] a simples dilatação do tempo de permanência do aluno na escola não [tenha] o condão de resolver isoladamente todos os problemas sociais (MAFFI, 2009, p. 73).

Nesse campo, estaria a educação infantil sendo alvo de medidas focalizadas de natureza contingencial e emergencial? Estaria se constituindo como um mecanismo central de proteção social às crianças e às suas famílias? Sem dúvida, esse é um tema que nos provoca a não apenas pensar sobre as responsabilidades necessárias para a ampliação do acesso à educação infantil, sobretudo, no atendimento em tempo integral e garantias de direitos para o conjunto da sociedade, mas também como a educação infantil tem sido interpelada considerando a sua experiência em tempo integral no âmbito das políticas educacionais. Sob a hipótese de que a educação integral vem se desenvolvendo principalmente mediante a ampliação do tempo de permanência das crianças na instituição, percebemos, nesse contexto, que as políticas educacionais atuais, a exemplo de outros momentos da história, têm sido novamente compreendidas como um modo de apaziguar as desigualdades sociais, sem priorizar a universalização do direito à educação integral de qualidade a todas as crianças, sobretudo se considerarmos o seu atendimento em jornada ampliada na educação infantil.

É preciso ter em mente que o direito à educação infantil em tempo integral deve ser garantido a todos aqueles que o requerem e ser contemplado cotidianamente durante o tempo em que as crianças permanecem nas instituições, por exemplo, ao reconhecer que além da vaga, elas também têm direito a “[...] expressar seus sentimentos; manifestar-se como criança em todos os tempos e espaços institucionais; [...] ampliar as suas experiências de maneira prazerosa, de garantir atenção e afeto; [...] ficar acordado (expressar sua opinião)”, como observa Marchiori (2012, p. 164). Logo, por mais que assegurar uma vaga para as crianças seja fundamental e faça parte do seu direito, não podemos reduzir o tempo integral apenas à ideia de “deixar a criança o dia todo na instituição”, pois, isoladamente, isso não traduz o caráter público do direito à educação infantil.

Portanto, uma análise mais apurada dos diferentes processos que vem ocorrendo em torno da organização e implementação dessa experiência é um caminho importante para compreender melhor as motivações que mobilizam as famílias a matricular seus filhos em creches e ou pré-escolas públicas em tempo integral. Se as questões acima evidenciadas emergem de um contexto mais amplo de pesquisa, foi realizado um *survey* tendo como objetivos caracterizar o perfil socioeconômico das famílias entrevistadas; identificar as motivações das famílias ao matricular seus filhos no tempo integral; e analisar o conjunto de fatores de natureza social, econômica e educacional que mais sobressaem sobre o tempo integral.

Para Babbie (2001, p.78) o *survey* é um método que “objetiva a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas de uma população sobre um assunto”. A pesquisa privilegiou os contextos de Vitória, Cariacica e Vila Velha, porque eram os únicos municípios que ofereciam educação infantil em tempo integral, na rede pública, quando o estudo foi realizado. A amostra foi definida com base na localização da instituição, número de CMEIs e de crianças matriculadas. Como Vitória apresentou o maior número de instituições, ou seja, 29 CMEIs com turmas em tempo integral, foram considerados 40% das instituições localizadas em diferentes bairros do município, totalizando 144 entrevistas. Como Cariacica e Vila Velha contemplavam somente um CMEI com oferta em tempo integral, a pesquisa foi conduzida em ambas as unidades, com uma adesão de 35% em relação ao número de matrículas no tempo integral, contabilizando 55 e 49 entrevistas realizadas em cada município, respectivamente.

Sendo assim, foram aplicados 248 questionários ao total, contendo 24 questões (20 fechadas e 4 abertas) para a entrevista com os responsáveis das crianças matriculadas, quando buscavam as crianças na instituição. Essa opção foi adotada tendo em vista a “maior disponibilidade” dos responsáveis nesse momento do dia. Alguns questionários foram realizados dentro dos Cmeis e outros na porta de entrada/saída. Da mesma forma que foi requerida autorização às Secretarias Municipais de Educação para a coleta de dados nos Cmeis, foi solicitada autorização prévia aos diretores sobre a realização da pesquisa, além disso, foram enviadas cartas às famílias para manifestarem o interesse de atuarem como sujeitos da pesquisa.

A análise dos dados nos permitiu identificar como perfil étnico e socioeconômico, que a maioria dos entrevistados possuem idades entre 23 e 42 anos (72,6%), são negros (72%) e exercem atividade remunerada (74,6%), compondo a renda familiar que varia entre um a três salários mínimos (51%). As mães foram predominantes nas entrevistas (70,56%), porque são as grandes responsáveis por levar (60%) e buscar (55%) os filhos na instituição. Quando questionados se possuem algum acesso a programas de Governo, 66,1% dos entrevistados responderam não; 32,3% responderam sim e 1,6% não soube responder. Dos entrevistados que responderam sim, todos disseram receber o Bolsa Família, destes, 2,50% também são beneficiados pelo PROUNI ou pelo FIES.

Considerando apenas os entrevistados que afirmaram realizar atividades de trabalho, identificamos que a maioria (87%) trabalha fora de casa e uma pequena parte (13%) trabalha em casa, sendo que mais de 40% dos familiares possuem uma jornada de trabalho de oito horas diárias, proporcional às horas de trabalho do mercado formal. Um percentual (17,74%) excede esse tempo, trabalhando dez horas diárias ou mais. Há um quantitativo menor de entrevistados que trabalham seis horas diárias (8,87%); quatro horas diárias (1,61%) ou trabalham por escala (0,81%). Na maioria dos casos, há um descompasso entre a jornada de trabalho familiar e o horário de funcionamento da instituição, o que tensiona a relação social entre escola e família, assim como o direito ao estabelecimento de vínculos afetivos entre as mães e as crianças.

Em relação às motivações para a matrícula na educação infantil em tempo integral, o trabalho fora do lar se apresenta como o principal fator (60,97%); mas também se relacionam à representação da educação infantil em tempo integral como única opção para os seus filhos (4,46%); ao aprendizado, desenvolvimento e socialização da criança (7,44%); ao tempo integral como lugar seguro de proteção, provisão e guarda da criança (8,92%); à qualidade da instituição e do “ensino” em tempo integral (4,46%); a questões financeiras (3,72%) e a outros interesses (10,04%), os quais se destacam as indicações de amigos e vizinhos, a necessidade de mais tempo disponível para a mãe organizar as rotinas domésticas, a proximidade da instituição em relação à casa ou ao serviço, a necessidade de cuidar de outros filhos/crianças,

o retorno dos pais/responsáveis aos estudos, entre outros.

Quanto aos fatores de natureza educacional que se sobressaem em relação à educação infantil em tempo integral, a maioria das respostas dos familiares (33,27%) evidenciam o aprendizado dos filhos e a realização de “atividades pedagógicas” durante a sua permanência no tempo integral, principalmente relacionados a alfabetização. Observamos a partir das menções dos entrevistados sobre o que os seus filhos fazem no tempo integral (“estuda”; “faz muitas atividades”; “aprende a ler e a escrever”; “aprende números e cores”; “estuda, escreve, lê, sabe escrever o nome”; “faz lições”; “aprimoramento da alfabetização”; “a criança se desenvolveu, ficou mais esperta”; “a criança ficou mais inteligente”; “ele desenvolveu a fala e a escrita no tempo integral”);, que a aparente escolarização precoce é vista como algo vantajoso pelas famílias, relacionada ao desenvolvimento e à garantia de um bom futuro para a criança.

Também percebemos certa ênfase dada à importância da alimentação para as crianças na educação infantil em tempo integral, apontada por alguns entrevistados como uma dificuldade da família em prover refeições adequadas aos seus filhos, como pode ser observado na menção “ela se alimenta na escola e ajuda, porque o dinheiro ganho não é suficiente para alimentação completa”. Nesse caso, há uma correlação de fatores sociais, econômicos e educacionais, porque a escola assume uma função primordial quanto à manutenção da saúde e bem-estar da criança, tendo em vista as condições materiais de vida das famílias. Sem desconsiderar a suma importância da educação infantil em tempo integral, sobretudo em um contexto de pobreza marcado por desigualdades sociais e econômicas, a sua oferta parece capitalizar para si uma responsabilidade face à exclusão social, por meio de processos compensatórios.

Pelo que podemos depreender, ainda existe no atendimento em tempo integral uma intrínseca relação entre o direito da criança à educação e as necessidades da família, decorrente da própria história da educação da infância pobre no Brasil. Em um contexto de não-universalização da educação infantil, sobretudo em tempo integral, observamos frequentes tensões entre a demanda por parte das famílias e a oferta de vagas nessa modalidade pelas instituições, motivando o estabelecimento de critérios predominantes de matrícula, muitas vezes condicionados à situação de risco e vulnerabilidade social, bem como a comprovação do trabalho da mãe.

Inspirada nas reflexões da pensadora Hannah Arendt, Almeida (2013, p. 232) questiona “Qual a responsabilidade da instituição escolar diante da criança e do mundo?”. A essa instigante pergunta, a autora nos brinda com o conhecimento de que aqueles que chegaram primeiro ao mundo têm responsabilidades em introduzir as novas gerações nesse mundo pré-existente cujos valores públicos são construídos historicamente. Diante disso, como possibilidade para pesquisas futuras, nosso estudo nos inspira a problematizar qual a aposta ético-política do atendimento da educação infantil em tempo integral ofertado às crianças que vivem em um contexto de intensas desigualdades sociais e econômicas?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vanessa Sievers. Recém-chegadas e estranhas: as crianças e o mundo comum na obra de Hannah Arendt. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 22, n.49, p. 229-247, maio/ago. 2013.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília,

1988.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JR., M. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n.1, p.5-18, mai./ago. 2000.

MAFFI, M. M. D. **Políticas de educação infantil e escola em tempo integral**: entre a formulação legal e a prática cotidiana. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2009.

MARCHIORI, A. F. **A criança como “sujeito de direitos” no cotidiano da Educação Infantil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.